

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.536.453 - RJ (2019/0191264-7)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : ERICK RIBEIRO MAUES PAIXAO E OUTRO(S) - RJ101547
AGRAVADO : DEROTEIA DE SOUZA GOMES FARIA
AGRAVADO : KARINA MITRE DA COSTA
AGRAVADO : NADIA DOS SANTOS LORENA SOARES ATAIDES
ADVOGADOS : CARLA VÉRAS MONTEIRO BRAME - RJ100201
RUDI MEIRA CASSEL E OUTRO(S) - DF022256
GABRIELA DE SOUZA PAIXÃO BITENCOURT E OUTRO(S) - RJ166601

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO contra a decisão, de e-STJ fls. 952/953, proferida pelo em. Ministro Presidente do STJ, que não conheceu do recurso especial em razão da ausência de prequestionamento.

Nas suas razões (e-STJ fls. 960/967), o agravante, em resumo, alega que a questão objeto do recurso especial "nasceu no bojo do próprio acórdão recorrido", razão pela qual devidamente prequestionada a matéria. Afirma, ainda, que aquele que der causa à demanda deverá arcar com os ônus da sucumbência, sustentando que não pretende discutir fatos e provas e que qualquer decisão que advenha do seu julgamento jamais fugirá do contexto fático delineado nos autos.

Impugnação às e-STJ fls. 971/981.

Passo a decidir.

Da análise dos autos, verifica-se que assiste razão ao agravante, razão pela qual reconsidero a decisão anteriormente proferida e passo à nova análise do agravo em recurso especial.

Trata-se de agravo interposto pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO contra decisão do Tribunal de Justiça daquele Estado, que não admitiu recurso especial, fundado na alínea “a” do permissivo constitucional, que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 833):

Multiplicidade de recursos extraordinários. Repercussão geral (STF). Matéria repetitiva. Sobrestamento. Autos baixados a esta câmara para reexame do acórdão recorrido, por divergir da orientação do STF, na forma do art. 1.030, II, do CPC/2015. Servidores do Poder Judiciário estadual. Pretensão de pagamento de diferença remuneratória. 24%. Mudança de entendimento do STF sobre o caso em tela. Aplicação, em sede de repercussão geral (AgRE 909.437/RJ, pub. em 11.10.2016), da Súmula 339/STF e da Súmula Vinculante 37 para rechaçar a pretensão. Vinculação dos Tribunais infraconstitucionais (artigos 927, III, e 1.040, II, do CPC/2015). Retratação do julgado para dar provimento ao apelo do ente estadual e julgar improcedente o pedido autoral.

PROVIMENTO DO RECURSO DO ESTADO.

No recurso especial obstaculizado, o recorrente apontou violação do art. 20, *caput*, e §§ 3º e 4º, do CPC/1973 e do art. 85, *caput*, do CPC/2015, sustentando ser necessária a fixação de verba honorária a ser paga pela parte vencida.

Após contrarrazões (e-STJ fls. 910/912), o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, tendo sido os fundamentos da decisão atacados no presente recurso.

A irresignação recursal comporta acolhida.

Com efeito, a jurisprudência do STJ entende que a condenação ao pagamento dos ônus de sucumbência decorre do fato objetivo da improcedência do pedido, não importando para tanto eventual alteração do posicionamento jurisprudencial sobre determinada matéria debatida nos autos. Ilustrativamente (grifos acrescidos) :

ADMINISTRATIVO. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. INDENIZAÇÃO POR NOMEAÇÃO TARDIA. DESCABIMENTO. JURISPRUDÊNCIA ASSENTADA EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO JULGADO COM REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL NO ACÓRDÃO DA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DA VERBA SUCUMBENCIAL.

1. É evidentemente de direito a tese recursal relacionada ao direito indenizatório de candidato aprovado em concurso público mas nomeado tardiamente apenas por força de decisão judicial, o próprio direito tendo sido repellido no julgamento, com repercussão geral, do RE 724.347/DF, relator para o acórdão o Em. Ministro Roberto Barroso.

2. Demais, tampouco se tem como fundamentação constitucional a simples menção a preceptivo da Lei Fundamental, sobretudo ao notar-se que o acórdão da origem promoveu a subsunção dos fatos à codificação civil então aplicável.

3. **A alegada "alteração jurisprudencial" não constitui hipótese ou critério legal a ser observado na fixação de honorários sucumbenciais.**

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AgRg no REsp 1.353.114/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 28/09/2015).

Agravo regimental. Recurso especial não admitido. Embargos à execução.

1. O agravante ingressou com a ação de execução contra o agravado, obrigando-o a constituir advogado para se defender. Vencido na demanda, extinta a execução, regular a condenação do agravante ao pagamento dos honorários advocatícios, em consonância com o disposto nos artigos 20 e seguintes do Código de Processo Civil. **A eventual alteração do posicionamento jurisprudencial sobre determinada matéria debatida nos autos não implica alteração das regras de fixação da sucumbência e dos honorários já existentes.**

2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 561.971/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, DJ 27/09/2004)

Direito processual civil. Recurso especial. Ação de execução de alimentos. Valores alegadamente pagos a menor. Revisional de alimentos. Alimentos

provisórios. Embargos de declaração. Omissão ausente. Efeito suspensivo concedido ao agravo de instrumento interposto contra decisão que, em antecipação dos efeitos da tutela, reduziu o valor dos alimentos. Irretroatividade. Honorários advocatícios. Critério objetivo de sucumbência.

- Não padece de omissão o acórdão recorrido se o Tribunal de origem decide fundamentadamente todas as questões pertinentes à resolução da controvérsia, embora sem adentrar expressamente o dispositivo de lei invocado pelo recorrente, notadamente porque o julgador não está adstrito a decidir com base em teses jurídicas predeterminadas pela parte, bastando que fundamente suas conclusões como entender de direito.

- A característica da antecipação dos efeitos da prestação jurisdicional garante a eficácia plena da decisão que fixa os alimentos provisórios, isto é, tal decisão produz efeitos imediatos, valendo os alimentos provisórios desde a data em que fixados até aquela em que alterados. Precedente.

- Por meio da concessão do efeito suspensivo ao agravo de instrumento, obtém-se a suspensão do cumprimento da decisão agravada, até julgamento final do recurso. A decisão, na hipótese, de antecipação dos efeitos da tutela, terá seu cumprimento suspenso, a partir da decisão concessiva de efeito suspensivo ao recurso contra ela interposto, não antes.

- Ainda mais relevante a questão quando, da própria natureza instável dos alimentos provisórios - frutos de cognição sumária -, advém a necessidade de se delimitar os contornos exatos que podem decorrer da suspensividade concedida em agravo de instrumento, porque tanto pode haver majoração dos alimentos, quanto redução ou, ainda, exoneração, pela concessão da medida in limine litis, que, ademais, pode ser revogada ou modificada em qualquer fase do processo.

- O próprio rito de execução escolhido pela credora, disposto no art. 733 do CPC, extremamente gravoso ao devedor de alimentos por prever a prisão civil como meio de coerção ao adimplemento da obrigação, contrapõe-se ao atendimento estrito, pelo devedor, de decisão judicial, ainda que proferida inaudita altera pars, que fixa alimentos em pleito revisional.

- Se de um lado o alimentante cumpre o provimento jurisdicional que fixa alimentos por ele devidos e de outro corre risco de ser privado de um dos direitos fundamentais do ser humano - a liberdade -, por alegado pagamento a menor em execução de alimentos, deve haver uma austera ponderação entre os conteúdos eficazes emitidos pelos respectivos juízos, no sentido de se evitar decisões conflitantes e ofertar a prestação jurisdicional não apenas no prazo razoável, mas de forma harmônica e equilibrada.

- **A condenação ao pagamento dos ônus de sucumbência decorre do fato objetivo da improcedência do pedido.** Precedentes.

- Se a execução é julgada extinta, em razão de acolhimento de exceção de pré-executividade, na qual desenrolou-se amplo contraditório, são devidos honorários advocatícios, cujo juízo subjetivo desenvolvido pelo julgador, inibe o reexame no âmbito do recurso especial, que apenas poderia ocorrer se sobressaísse o caráter insignificante ou excessivo do montante arbitrado.

Precedentes.

Recurso especial não conhecido. (REsp 907.144/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJ 19/12/2007).

In casu, o acórdão recorrido, ao julgar improcedentes os pedidos iniciais, mas deixar de determinar a inversão do ônus sucumbencial, "uma vez que a recentíssima virada jurisprudencial ocorreu muito após o ajuizamento da demanda", diverge da orientação aludida, razão pela qual não poderá remanescer.

Por oportuno, registre-se “o marco temporal para a aplicação das

Superior Tribunal de Justiça

normas do CPC/2015 a respeito da fixação e da distribuição dos ônus sucumbenciais é a data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença." (EDcl na MC 17.411/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Corte Especial, julgado em 20/11/2017, DJe 27/11/2017), razão pela qual a apreciação da verba questionada deverá observar as disposições do CPC/1973 no caso dos autos.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão de e-STJ fls. 952/953 e, com base no art. 253, parágrafo único, II, "c", do RISTJ, CONHEÇO do agravo e DOU PROVIMENTO ao recurso especial para determinar o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que, diante da improcedência dos pedidos iniciais, fixe a verba honorária a ser arcada pela parte autora de acordo com os dispositivos legais aplicáveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator